

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM - MS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

JULIANA CARVALHO FRANÇA

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS REFLEXOS NA
TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO: ESTUDO DE CASO DO
CONJUNTO HABITACIONAL PARAÍSO NO MUNICÍPIO DE
JARDIM/MS**

**JARDIM
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

JULIANA CARVALHO FRANÇA

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS REFLEXOS NA
TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO: ESTUDO DE CASO DO
CONJUNTO HABITACIONAL PARAÍSO NO MUNICÍPIO DE
JARDIM/MS**

Trabalho de Conclusão de Curso TCC apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia
da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul,
Unidade Universitária de Jardim, como pré-requisito
para obtenção do grau de Licenciada em Geografia,
sob a orientação da prof^a. Msc. Marilete Osmari

**JARDIM
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA

França, J. C.

As políticas públicas e seus reflexos na transformação do espaço:
estudo de caso do Conjunto Habitacional Paraíso no município de Jardim/MS
- Juliana Carvalho França. - Jardim [s.n.], 2012.

56 p.

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Prof^a. Msc. Marilete Osmari

1. Conjunto Habitacional 2. Geografia Urbana 3. Políticas Públicas

É concedida a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão
para reproduzir cópias deste TCC somente para propósitos acadêmicos e científicos.

Juliana Carvalho França

TERMO DE APROVAÇÃO

JULIANA CARVALHO FRANÇA

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS REFLEXOS NA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO: ESTUDO DE CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL PARAÍSO NO MUNICÍPIO DE JARDIM/MS

**Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de
Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:**

Orientadora: Prof^a. Msc. Marilete Osmari

Professora do Curso de Geografia, UEMS

Prof^a. Dr^a. Eva Faustino da Fonseca de Moura Barbosa

Membro da Banca Examinadora

Prof. Msc. Vera Lúcia Freitas Marinho

Membro da Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, sem o qual eu não teria conseguido vencer mais essa batalha em minha vida. Em segundo lugar, dedico a minha família que me deu todo apoio e teve paciência nos momentos tensos que tive ao final do curso.

Dedico também aos meus amigos e professores pelo incentivo de terminar o curso, em especial, a minha querida orientadora e amiga MSc. Marilete Osmari que a todo tempo teve paciência e se dispôs a me ajudar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de coração a Deus, que me deu forças em minha caminhada e que realizou o sonho de minha querida mãe (Solange) de que eu concluísse o curso; Deus também me deu forças e disposição para que eu fosse e voltasse todos os dias a Jardim, sendo que estou residindo em Bonito.

Ao meu esposo maravilhoso e compreensivo, que teve paciência comigo e que também cuidou dos nossos tesouros Brenda e Tauan, o meu muito obrigado a você Marcio por existir na minha vida.

A minha querida mãe (Solange), por ter me colocado no mundo e também pela educação recebida.

Ao meu querido pai (Julio), que se estivesse entre nós se orgulharia de mim com certeza, mas sei que ao lado de Deus ele está sempre me dando forças.

Aos meus filhos (Tauan e Brenda), que tantas vezes sentiram-se ausentes da mãe por conta da faculdade, mas mesmo assim espero ter passado algo de bom para eles e que um dia eles também consigam assim como eu entrar e sair da faculdade, porque o difícil não é entrar e sim sair formado.

Aos meus irmãos que amo (Érica e Neto), vocês deviam fazer o mesmo, viu, é difícil, mas bem compensador, afinal, se fosse fácil todo mundo estava lá, estudem, vocês são novos.

Agradeço também a minha sogra, que por tantas vezes se deslocou de Jardim para ficar com minha filha em Bonito, para que eu pudesse ir à faculdade.

Não poderia deixar de agradecer ao meu colega de carona, Thomas, com certeza no ano que vem é você, amigo, força nessa sua caminhada que o ano que vem segue sem mim.

Dedico também a minha turma, que alguns já se encontram formados, outros nem tanto, obrigada, principalmente a você, Djimi Robert, pelos quatro anos maravilhosos que tivemos nossas festas, nossas viagens, nossas risadas e por tudo de engraçado que vivemos, te adoro, viu, nunca quero perde-lo de vista, pois você é a única pessoa da turma com a qual eu mantenho contato, pois você é especial para mim. E ao restante da turma: Carol, Elaine, Lacínia, Alessandra, Michele, Sandra, Rodrigo, Renato, Mário, Fabrício, Mariéle, Tamiris, Roselin, Camila, Bruno, Bruna,

Maria Alice, Cladis, Rosangela, Luzia, Josiane, Joécio, Franciele, Alexandre, Igor, Vanilso, Rosimeire, Oleandro, Ercy, Luciana e Roneito e se ficou alguém de fora me perdoe mas não lembro mais de ninguém.

Agradeço de coração a meu querido amigo e professor Jaquerson Cavanha Rosa por ter me ajudado sempre que precisei, te adoro, amigo.

Também agradeço a essa turma que estou agora por ter me recebido de braços abertos adoro vocês todos da Geografia 2012, em especial a Kátia Maciel, que se dispôs por várias vezes a me ajudar no meu trabalho de conclusão de curso.

Agradeço também à Administração Municipal, que se dispôs a fornecer documentos da área de estudo. Também não poderia deixar de agradecer aos moradores do Conjunto Habitacional Paraíso, que dispuseram de seu tempo para fornecer informações importantes.

E, por fim, agradeço a UEMS por todo aprendizado e a todos os professores que por lá passaram durante a minha vida acadêmica.

EPÍGRAFE

“Pensando bem, não me arrependo do que fiz tudo valeu, por um momento fui feliz mais não faz mal, na vida tudo tem um porque, deixei me levar por você... Por você...”

(Guilherme e Santiago)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo, identificar e analisar o processo de origem e as mudanças ocorridas no espaço do Conjunto Habitacional Paraíso no município de Jardim/MS. A metodologia visa definir a fase conceitual desenvolvida a partir da coleta de informações em campo, mediante entrevista com os moradores do Conjunto Habitacional Paraíso. Aplicaram-se entrevistas entre grupos sociais envolvidos para obtenção de dados que responderam às questões propostas, o que possibilitou a apresentação das análises mediante gráficos, comprovando que a maioria dos moradores reconhece que há um abandono em relação à área de lazer, às condições socioambientais, bem como na área de saúde com relação a melhorias no atendimento e falta de especialistas. Como proposta de recuperação, sugerimos a criação de uma política pública que vise o bem-estar e o lazer dos moradores a fim de que essa proposta traga o enriquecimento social, cultural e ambiental, que são essenciais para uma nova identidade local.

Palavras-chave: Conjunto Habitacional, Geografia Urbana, Políticas Públicas.

ABSTRACT

The aim of the present research is to explore and clarify the circumstances in which the Paraíso Housing Complex was set up, located in Jardim/MS, a Brazil borough, as well as analyze the changes that occurred during this process. The methodology takes aim at defining the conceptual phase that's supposed to come up through data and information collection as well as by interviewing people who live in this housing complex. Every social group involved will go through systematic interviews in order to find the data that will bring answers for the proposed questions. This study takes aim at analysing the changes processed over the premises where Paraíso Housing Complex is located, as an outcome of hope, needs and expectations of each and every dweller relating the supplying of the need for housing, so that the local residents are able to survive and definitely take over that place.

Keywords: Housing Complex, Urban Geography, Public Politics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estado de Mato Grosso do Sul	29
Figura 2: Mapa do Brasil com destaque para o estado de Mato Grosso do Sul.....	31
Figura 3: Mapa do Estado e suas divisões com destaque para o município de Jardim/MS	33
Figura 4: Delimitação do Conjunto Habitacional Paraíso	34
Figura 5: Vista aérea do município de Jardim/MS e do Conjunto Habitacional Paraíso.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 6 e Figura 7: Casas do Conjunto Habitacional	39
Figura 8: Escola Municipal Zeus Benevides.....	39
Figura 9 e Figura 10: Centro Comunitário.	40
Figura 11 e Figura 12: Praça do Conjunto Habitacional.....	40
Figura 13: Posto de Saúde do Conjunto Habitacional.....	41
Figura 14: Situação dos moradores do Conjunto Habitacional Paraíso.	42
Figura 15: quantidade de moradores que tiveram suas casas ampliadas.....	43
Figura 16: Quantidade de pessoas que acham que o posto de saúde trouxe melhorias.....	44
Figura 17: Condições do atendimento do Posto de saúde	44
Figura 18: Quantidade de moradores que têm filhos que estudam na escola	45
Figura 19: Variável quanto à qualidade de ensino da escola Zeus Benevides	46
Figura 20: pessoas satisfeitas com as condições de lazer do centro comunitário	46
Figura 21: Nível de segurança nos brinquedos da praça	47

LISTA DE SIGLAS

BNH – Banco Nacional da Habitação

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

SMHAB – Secretaria Municipal de Habitação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CER-3 – Comissão de Estradas e Rodagens n. 3

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PIB – Produto Interno Bruto

COHAB-MS – Companhia de Habitação de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS ASPECTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS SOBRE A URBANIZAÇÃO E SEU DEBATE SOCIAL	17
CAPÍTULO II – AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A HABITAÇÃO: UMA REALIDADE A CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO	22
2.1. A Habitação no Brasil.....	25
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL .	28
3.1. Aspectos Gerais e Localização do Estado de Mato Grosso do Sul	30
3.2. Aspectos Gerais e Localização do Município de Jardim – MS.....	31
3.3. Conjunto Habitacional Paraíso.....	33
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA	37
4.1. Procedimentos Metodológicos da Pesquisa	37
4.1.1. Delimitação da Pesquisa	37
4.1.2. Coleta e Definições das Variáveis	37
4.1.3. Primeira Fase – Mobilização.....	38
4.1.4. Segunda Fase – Estruturação	38
4.1.5. Terceira Fase – Resultados.....	38
CAPÍTULO V – ANÁLISE E DISCUSSÕES DAS VARIÁVEIS	39
5.1. Análise das Variáveis das Condições dos Moradores do Conjunto Habitacional Paraíso.....	42
CAPÍTULO VI - PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA DE LAZER NO CONJUNTO HABITACIONAL PARAÍSO	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
ANEXOS	53
ANEXO “A”.....	54
APÊNDICES.....	55
APÊNDICE “A”	566

INTRODUÇÃO

A cidade é um conjugado de lugares moldados e produzidos pelos grupos sociais que experimentam tempos e ritmos diferentes.

Salgueiro (2003) percebe o lugar como produto social, e, portanto, espacializado, apropriado pelas práticas sociais na satisfação das necessidades individuais e coletivas de reprodução e identificação. A urbanização de hoje exhibe problemas atuais, produzidos em função das exigências que envolvem a comunicação e os deslocamentos dentre os mais variados e complexos, o que cria uma hierarquia de lugares.

Steinberger (2006), no que diz respeito às políticas públicas, afirma que assiste-se a uma inegável retomada de formulação sob o comando do Estado Nacional Brasileiro. Recentemente, foram percebidas inovações nas políticas públicas e isso trouxe resultados avançados diante da tradicional política pública. As principais inovações foram implementadas no estado de Mato Grosso do Sul desde o final da década de 1990. Tais inovações foram essenciais e representam um verdadeiro salto nas políticas sociais, uma vez que obtiveram ótimos resultados.

A política pública forma um processo contínuo de decisões que se alteram permanentemente, desse modo, Prete (2006) afirma que

As diversas políticas públicas não tem tradição no diálogo com a gestão territorial. A maioria não desenvolveu metodologias e procedimentos de espacialização e regionalização. Se tanto, operam alguns indicadores desagregados por municípios, mais por comodidade, devido aos censos decenais e as pesquisas que partem da unidade administrativa básica brasileira. Cada uma dessas políticas públicas acaba criando sua própria regionalização, de forma casuística e sem conexão com uma estratégia integrada de gestão. (PRETE, 2006, p. 214)

A política habitacional manifesta-se com a finalidade de reduzir o déficit habitacional e produzir novos empregos com a ampliação das edificações, segundo Rodrigues (1994).

O Banco Nacional de Habitação passa a ser o mecanismo de financiamento da produção da habitação. O capital financeiro, em certa medida, será representado na produção da cidade e da casa pelo BNH.

Dessa maneira, pode-se perceber que o BNH busca cada vez mais reduzir o custo da moradia para poder atender a população mais carente. Isso, conseqüentemente, fez com que se rebaixassem a qualidade da construção e o tamanho da unidade, financiando casas cada vez menores, mais precárias e distantes.

O Conjunto Habitacional Paraíso localizado na vila Brasil, município de Jardim, se originou no ano de 1987. O loteamento em que foi construído o conjunto habitacional era de propriedade particular e a prefeitura fez uma desapropriação amigável desse loteamento, realizando posteriormente uma doação desses loteamentos para a Companhia de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (COHAB-MS), empresa pública estadual.

Diante disso, observam-se as mudanças que ocorreram no espaço do Conjunto Habitacional Paraíso, o que fez surgir a necessidade de se desenvolver uma pesquisa dividida em etapas, de acordo com os objetivos. O objetivo geral é identificar e analisar o processo de origem e as mudanças ocorridas no espaço do Conjunto Habitacional Paraíso no município de Jardim/MS. Enquanto que os objetivos específicos correspondem às etapas de conhecer quantas famílias foram contempladas no sorteio das casas; analisar se as pessoas que residem nas casas foram sorteadas ou compraram de terceiros e verificar o que foi modificado no espaço do Conjunto Habitacional onde residem.

O primeiro capítulo apresenta um breve resgate histórico da urbanização e seu debate social, que frente às transformações socioeconômicas resultou na espacialidade da globalização, deparando-se com alguns desafios que necessitam ser equacionados simultaneamente dos movimentos sociais no Brasil e no mundo.

No segundo capítulo, faz-se um relato sobre as políticas públicas e de habitação, explicando como ambas se desenvolveram no Brasil.

O terceiro capítulo trata da caracterização do estado de Mato Grosso do Sul e do município de Jardim, desde suas origens, descrevendo as primeiras tentativas de povoamento ocorridas na região, a Guerra do Paraguai e a divisão do Estado. Em seguida, faz-se referência aos aspectos gerais e de localização do município de Jardim, retratando aspectos físicos e humanos, bem como sua economia.

No quarto capítulo, desenvolveu-se a metodologia da pesquisa que orientou o trabalho para as possíveis análises e considerações finais.

No quinto capítulo, apresenta-se a análise dos dados obtidos por meio da transcrição de entrevistas com a opinião dos moradores sobre o conjunto habitacional. Neste capítulo, figuras fazem a descrição percentual de dados para visualizarmos os resultados e entendimentos deste trabalho.

Nesse processo investigativo e com base em pesquisas bibliográficas, esse estudo objetivou avaliações da política pública e habitacional no município de Jardim/MS, e esperamos contribuir para que haja uma melhora na política pública do município, bem como, para os demais conjuntos habitacionais que venham a surgir na cidade.

CAPÍTULO I – ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS ASPECTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS SOBRE A URBANIZAÇÃO E SEU DEBATE SOCIAL

Frente às transformações socioeconômicas, resultantes na espacialidade da globalização o Brasil depara-se com alguns desafios que necessitam ser equacionados simultaneamente. Desse modo o espaço urbano é denominado o lugar onde moramos, trabalhamos, onde se concentram as atividades comerciais, industriais e de serviços, bem como o espaço em que a sociedade tem seu lazer, enfim é onde a sociedade se relaciona com a cidade. Consoante a isso destacamos a ideia de Corrêa (1995) que a organização espacial da cidade, ou simplesmente, o espaço urbano aparece como o espaço fragmentado.

O espaço urbano respectivamente se fragmenta e se articula: cada uma de suas partes conserva as relações espaciais com as demais ainda que de intensidade mutável. Relações estas que aparecem empiricamente por meio de fluxos de veículos e de pessoas agregados às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos diários entre as residências e os múltiplos locais de trabalho, aos deslocamentos menos frequentes para compras no centro da cidade ou nas lojas do bairro, às visitas aos parentes e amigos, e as idas ao cinema, culto religioso, praia e parques.

As relações espaciais associam, ainda que desigualmente, as diferentes partes da cidade, unindo-as em um conjunto articulado cujo núcleo de articulação tem sido tradicionalmente, o centro da cidade. Nas palavras de Corrêa (2005, p.8) o espaço urbano é entendido como:

[...] o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, e que esta divisão articulada é a expressão espacial de processos sociais, introduz-se um terceiro momento de apreensão do espaço urbano: é um reflexo da sociedade. Assim, o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes.

Em virtude da ampla diversidade de conceitos existentes é pertinente destacarmos dois pontos a serem lembrados, primeiramente por ser reflexo social e

fragmentado, o espaço urbano, principalmente o da cidade capitalista, é fortemente desigual: a desigualdade se estabelece com característica própria do espaço urbano capitalista. Em segundo lugar, por ser reflexo social e porque a sociedade tem a sua dinâmica, o espaço urbano é também modificável dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados.

O espaço da cidade é também um condicionante da sociedade. Nesse sentido Corrêa afirma que:

O condicionamento se dá através do papel que as obras fixadas pelo homem, as formas espaciais, desempenham na reprodução das condições de produção. Assim a existência de estabelecimentos industriais juntos uns dos outros, e realizando entre si vendas de matérias-primas industrialmente fabricadas, constitui-se pelas vantagens de estarem juntos, em fato que viabiliza a continuidade da produção, isto é, a reprodução das condições de produção. (CORRÊA, 2005, p. 8-9)

O autor procura explicar que áreas onde as pessoas residem representam papel ponderável no processo de reprodução no bojo do qual se reproduzem as diferentes divisões sociais e suas frações: os bairros são os locais de reprodução dos diversos grupos sociais.

Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde diferentes classes sociais vivem e se reproduzem. Isso abrange o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e costumes designados na sociedade de classes e, em partes, projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial. O espaço urbano ostenta uma divisão simbólica que, no entanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários. Sendo assim percebemos que segundo Corrêa (1995), o cotidiano e o futuro próximo acham-se enquadrados num contexto de fragmentação desigual do espaço, levando aos conflitos sociais, como as greves operárias, as barricadas e os movimentos sociais urbanos.

A cidade então se transforma num cenário, onde ocorrem lutas sociais, pois é através delas que a sociedade visa o direito a cidade, e a cidadania plena e igualitária a todos. O espaço urbano, fragmentado e articulado, reflexo e condicionante da sociedade, torna-se um conjunto de símbolos e campo de lutas.

O espaço urbano é constituído por diferentes usos da terra. E cada um de seus usos pode ser visto como uma forma espacial. No entanto, não tem existência

autônoma, porque nela se realizam uma ou mais funções, isto é, atividades como a produção e a venda de mercadorias, prestação de diferentes tipos de serviços ou uma função simbólica, que se encontra vinculada aos processos da sociedade. E este é o movimento da própria sociedade, da estrutura social demandando funções urbanas que se materializam nas formas espaciais.

Conforme Corrêa (1994, p. 47) a definição de rede urbana é entendida como:

[...] a rede urbana é vista como se fosse destituída de vida social e, portanto de interesses antagônicos, de conflitos: é assim passível de um tratamento marcado por uma postura pretensamente neutra. As interpretações calcadas nas ciências naturais estão presentes nos estudos de redes urbanas, estas sendo concebidas como engrenagens manipuladas por agentes não especificados [...].

Para Santos (1997, p. 42) a criação de um meio geográfico artificial trata-se de “[...] o meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encobertos pelas obras dos homens. A paisagem cultural substitui a paisagem natural”.

Com o aumento das populações urbanas, ocupadas em atividades terciárias e secundárias, o campo é chamado a produzir mais intensamente. No século XIX, para alimentar um urbano eram necessárias cerca de sessenta pessoas trabalhando no campo. Essa proporção vai modificando ao longo destes dois séculos.

Com o avanço científico e tecnológico, a agricultura se beneficia e passa a assegurar uma produção maior sobre as porções de terra menores. O processo de mecanização reduz a mão de obra e multiplica a produtividade agrícola no campo. E isso dá um novo impulso na urbanização e o espaço do homem tanto na cidade como no campo tornando-se cada vez mais instrumentalizado, culturizado e tecnificado. Quanto a esse avanço científico e tecnológico, Santos (1997, p.44) afirma que:

(...) o fenômeno se agrava, na medida em que o uso do solo se torna especulativo e a determinação do seu valor vem de uma luta sem trégua entre os diversos tipos de capital que ocupam a cidade e o campo. O fenômeno se espalha por toda a face da terra e os efeitos diretos ou indiretos dessa nova composição atingem a totalidade da espécie. Senhor do mundo, patrão da Natureza, o homem se utiliza do saber científico e das invenções tecnológicas sem aquele senso de medida que caracterizará as suas primeiras relações com o entorno natural. O resultado, estamos vendo, é dramático. (SANTOS 1997, p. 44)

Nesse sentido a cidade é um conjugado de lugares moldados e produzido pelos grupos sociais que experimentam tempos e ritmos diferentes.

De fato o lugar é produto social, e, portanto espacializado, apropriado pelas práticas sociais na satisfação das necessidades individuais e coletivas de reprodução e identificação. (SALGUEIRO, 2003)

Sobre a relação cidade com urbanidade Oliva (2003, p. 74) nos revela que:

[...] contém uma dimensão ética, forjada pela necessidade de coexistência pacífica e cotidiana com a diferença. Pode-se até dizer que a cidade é a condição espacial da realização dos valores libertários modernos e da configuração dos direitos do homem. Ela produz a estimulação cultural, ela produz conhecimento.

Para o autor a urbanização de hoje exhibe problemas atuais e, são produzidos em função das exigências que envolvem a comunicação, os deslocamentos dentre os mais variados e complexos, criando uma hierarquia de lugares. Segundo Carlos (2002), os problemas atuais postos pela urbanização ocorrem no âmbito do processo de reprodução da sociedade.

Sobre o espaço urbano Carlos (2004) registra que:

[...] enquanto produto social em constante processo de reprodução nos obriga a pensar a ação humana enquanto obra continuada, ação reprodutora que se refere aos usos do espaço onde tempos se sucedem e se justapõem montando um mosaico que lhe dá a forma e impõe características a cada momento. (CARLOS, 2004, p. 80)

No entanto a sociedade urbana se generaliza, ou seja, a tendência que desponta no horizonte é a generalização do processo de urbanização na medida em que a sociedade inteira aproxima-se do urbano. Mas há também a deterioração de formas e relações sociais na cidade; portanto a contradição mostra um movimento triádico: preservação – degradação – transformação, enquanto característica do processo de reprodução da cidade, hoje.

Pensar o urbano significa considerar o fato de que o capitalismo se expandiu, e assumiu o mundo; é o período da redefinição da cidade, de sua explosão, da extensão das periferias, da reprodução do espaço num outro patamar. Nesse sentido a sociedade contemporânea aparece como sociedade urbana em constituição o que significa que ao mesmo tempo em que caracteriza uma realidade

concreta, também sinaliza uma tendência; a possibilidade de sua realização. Nesse aspecto o urbano surge como realidade mundial, superando realidades e conceitos parciais.

Diante dessa afirmativa é pertinente resgatarmos o que se fundamenta no pensamento de Carlos. (2004, p. 21)

[...] a construção da problemática urbana nos obriga, inicialmente considerar o fato de que ela não diz respeito somente à cidade, mas nos coloca diante do desafio de pensarmos o urbano, não só, enquanto realidade real e concreta, mas, também enquanto virtualidade. A generalização da urbanização e a formação de uma sociedade urbana impõem um modo de vida, que obedece a racionalidade inerente ao processo de reprodução das relações sociais.

A reprodução do espaço urbano recria constantemente as condições gerais a partir das quais ocorre a realização do processo de reprodução do capital e da vida humana em todas as suas dimensões. A cidade é a mediação para o entendimento do mundo moderno. A sociedade se revela diferenciada, pelo uso do espaço em diferentes tempos. A realidade urbana ganha forma em cada gesto ou ação; se modifica e ganha à definição da metamorfose da sociedade urbana, impondo-se como modo de vida.

A cidade estabelece ou mesmo motiva os sonhos, conduz a vida, define passos, induz direções. Nosso sonho está ligado a cidade indissolúvelmente. Mas a cidade nunca é completamente dominada, não as possibilidades dos sonhos.

Nessa perspectiva Carlos define o processo de reprodução do espaço urbano como sendo:

[...] a reprodução do espaço urbano nos coloca diante de forma que ganham novos conteúdos: cada vez mais acentua-se a contradição que está na base do processo de produção do espaço, qual seja produção – processo de apropriação privada do solo urbano. O espaço fragmenta-se, divide-se, em inúmeras parcelas compradas e vendidas aos pedaços, pois o acesso ao solo urbano dá-se através da mediação do mercado. Convém lembrar que a propriedade monopoliza a distribuição como domina a produção o que implica na produção espacial hierarquizada e fragmentada [...]. (CARLOS, 2007, p. 37)

CAPÍTULO II – AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A HABITAÇÃO: UMA REALIDADE A CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO

As políticas públicas desenvolveram-se no Brasil desde os primeiros anos deste século, assiste-se uma inegável retomada da formulação sob o comando do Estado Nacional brasileiro (STEINBERGER, 2006). É necessário que se adote um planejamento compartilhado entre o Estado e a sociedade, por meio da construção de acordos e compromissos proferidos em políticas públicas nacionais, cuja última finalidade seja transformar a sociedade.

Nesse caso o Brasil constituiu um padrão de políticas públicas demarcado pela setorialização e departamentalização da intervenção governamental, especialmente no âmbito da área social (POCHMANN; BLANES e AMORIN, 2006). Recentemente foram percebidas inovações nas políticas públicas, e isso trouxe resultados avançados diante da tradicional política pública.

As principais inovações foram implementadas no estado de Mato Grosso do Sul, desde o final da década de 1990. Essas inovações foram essenciais, deram um verdadeiro salto nas políticas sociais e alcançaram ótimos resultados. E quando se fala da necessidade de se implantar políticas de resultado está se falando de reforma dos aparatos de gestão pública de descentralização dos processos decisórios.

A política pública forma um processo contínuo de decisões que se alteram permanentemente. Nesse sentido as políticas públicas são formuladas perante acordos, reconciliações, ajustes e consensos. Além disso para que se entenda política pública como um processo é necessário que se foque em pelo menos duas acepções. A primeira é a de que se trata de um processo temporal de constante redefinição dos objetos em jogo, como resultado de decisões anteriores. A segunda refere-se a alterações da própria definição do que é ou não de decisão política.

Portanto, analisar políticas públicas específicas, como no caso da habitação, deve-se considerar interesses e influencias que atuam ao longo de todo o seu processo, desde o momento ao qual ela passa pela agenda governamental até a conclusão das intervenções. Dessa forma trata-se de um processo tenso e cheio

de conflitos, pois diversos são os interesses que podem alterar diversificar ou preservar a direção prevista na programação inicial. (CARVALHO, 2010)

As políticas públicas atuam em uma lógica cada vez mais descentralizada levando a expansão do funcionalismo municipal de forma muito significativa pelo Brasil.

Tão importante quanto conhecer de forma mais estruturada a realidade do passado, sistematizada no diagnóstico, é dispor de informações que de certa forma envolvem o futuro em médio prazo, em termos das perspectivas de expansão da demanda populacional por bens e serviços públicos.

Sendo assim existem novos desafios para a gestão local e para as políticas públicas que devem auxiliar no resgate do papel da cidade como lugar eletivo do processo civilizador, da realização da cidadania.

Do ponto de vista da gestão das políticas públicas municipais Rodrigues e Baeninger afirmam que:

O conhecimento demográfico associado às ferramentas computacionais de espacialização da informação e dos indicadores sociais, especialmente os sistemas de informações geográficas, dado o elevado grau de desagregação das informações sociodemográficas oferecidas pelo IBGE, contribui, sensivelmente, para a focalização das políticas e para a execução de projetos e de ações setorialmente integrados. Isso quer dizer que, uma vez combinados, as informações sociodemográficas e a cartografia podem oferecer ao gestor público um quadro detalhado das desigualdades, carências, bem como do perfil social e econômico da população-alvo de determinada política ou conjunto de políticas. (RODRIGUES E BAENINGER, 2010, p. 32)

De qualquer forma deve-se reconhecer que o aceleração no processo de urbanização no mundo, e em especial, nos países em desenvolvimento o isolamento da população no espaço segundo algum tipo de clivagem sócio-demográfica é um fato que requer maior atenção especialmente por parte dos planejadores e das políticas públicas.

Entender que a segregação socioespacial notada em nosso país resume-se em um complicador para as condições de vida dos mais pobres certamente nos levará a pensar em políticas públicas onde a questão espacial passe a ter cada vez mais importância.

Analisar a qualidade de vida requer que se avaliem políticas públicas e a disponibilização de equipamentos urbanos em um ordenamento territorial que atenda as chamadas necessidades humanas objetivas.

Nesse sentido Vitte (2010) afirma que:

Considerando que a segregação socioespacial é um processo inerente a produção do espaço sob o capitalismo, procuramos defender que a segregação pode se combatida ou atenuada com políticas públicas e uma gestão local que, além de inclusivas, aprofundem as praticas de sociabilidade. (VITTE, 2010, p. 81)

A ideia de qualidade de vida como um conceito que deve servir para um compromisso ético de uma sociedade garantidora da vida, onde os potenciais humanos não sejam brutalizados nem a natureza destruída, podendo ser um assunto para a ação coletiva, portanto, para as políticas públicas e para a gestão.

A falta de vontade política é um dos principais obstáculos para garantir a acessibilidade, e a descontinuidade das políticas públicas acontece também devido a falta de envolvimento da sociedade. (CALIXTO, 2008)

As políticas públicas, que tentam atuar no problema da habitação, não atendem à população necessitada de recursos financeiros, pois, em geral, os conjuntos habitacionais considerados populares, além de serem inseridos em áreas distantes, correspondem aos sistemas de prestações ligados à renda do individuo. Isso faz com que muitos não possam arcar com esses encargos, tendo que buscar outras opções para satisfazer a necessidade de morar.

Nesse contexto Prete (2006) afirma que:

As diversas políticas públicas não tem tradição no dialogo com a gestão territorial. A maioria não desenvolveu metodologias e procedimentos de espacialização e regionalização. Se tanto, operam alguns indicadores desagregados por municípios, mais por comodidade, devido aos censos decenais e as pesquisas que partem da unidade administrativa básica brasileira. Cada uma dessas políticas públicas acaba criando sua própria regionalização, de forma casuística e sem conexão com uma estratégia integrada de gestão. (PRETTE, 2006, p. 214)

2.1. A habitação no Brasil

A discussão sobre a habitação é fundamentada na reprodução social nesse sentido, segundo Rodrigues (1994), a habitação define-se como sendo:

Uma mercadoria fracionável, que compreende a terra e a edificação que o indivíduo necessita ter capacidade de pagar por ela, cujo preço depende também da localização em relação aos equipamentos coletivos e a infraestrutura existente nas proximidades da casa/terreno. (RODRIGUES, 1994, p. 14)

A política habitacional manifesta-se com a finalidade de reduzir o déficit habitacional e produzir novos empregos com a ampliação das edificações. (RODRIGUES, 1994)

Como a indústria da construção civil utiliza mão de obra em larga escala, incentivar a indústria de construção civil é também diminuir a crise econômica. Para qualificar essa nova dinâmica que se estabelece no meio urbano em agosto de 1964 foi criado o BNH (Banco Nacional da Habitação) e isso marcou uma nova fase da política habitacional federal. (BONDUKI, 1994)

O BNH tinha o objetivo de coordenar a política habitacional dos órgãos públicos e orientar a iniciativa privada, estimulando a construção de moradias populares; financiar a aquisição da casa própria, melhoria do padrão habitacional e do ambiente; eliminar as favelas; aumentar o investimento da indústria de construção e estimular a poupança privada e o investimento.

O Banco Nacional de Habitação passa a ser o mecanismo de financiamento da produção da habitação. O capital financeiro em certa medida será representado na produção da cidade e da casa pelo BNH. As cidades no Brasil são consideradas desordenadas e feias, e carecem de um planejamento, porque o estado atua de modo insuficiente e porque elas são produzidas pelo setor privado, regido por interesses especulativos. (FREITAS, 2004)

Desse modo pode-se perceber que o BNH buscava cada vez mais reduzir o custo da moradia para poder atender a população mais carente, conseqüentemente isso fez com que se rebaixasse a qualidade da construção e o tamanho da unidade, financiando casas cada vez menores, mais precárias e distantes.

Sendo assim podemos interpretar as análises de Freitas (2004) sob o ponto de vista que no período de 1985 a 1989 destacou-se pela profunda crise institucional pela qual passou a questão habitacional. O governo federal atuou de maneira fragmentada, descolado de uma política consistente e de um plano de governo que priorizasse o atendimento a população de baixa renda.

No entanto, analisando o governo de Vargas (1930-1954) uma das medidas mais importantes implementadas por ele, no que diz respeito à questão habitacional, estiveram o decreto do inquilinato, em 1942, que, congelando os aluguéis passou a regulamentar a relação entre locadores e inquilinos.

De uma maneira geral, podemos dizer que estas medidas visavam, ao menos na aparência, garantir melhores condições de habitação e de vida urbana aos trabalhadores. (BONDUKI, 1994)

O estudo da ação estatal sobre habitação neste período que ainda aparece de forma pouco explorada ganha grande relevância, pois se trata de um momento que a nosso ver, a questão habitacional é adotada pelo Estado e pela sociedade como uma questão social dando início a uma ainda incipiente política habitacional no país.

Para Bonduki (1994, p. 713):

Surgem assim inúmeras soluções habitacionais, a maior parte das quais buscando economizar terrenos e materiais através da geminação e da inexistência de recuos frontais e laterais, cada qual destinado a uma capacidade de pagamento do aluguel: do cortiço, moradia operaria por excelência, sequência de pequenas moradias ou cômodos insalubres ao longo de um corredor, sem instalações hidráulicas, aos palacetes padronizados produzidos em série para uma classe média que se enriquecia, passando por soluções pobres mais decentes de casas geminadas em vilas ou ruas particulares que perfuravam quarteirões para aumentar o aproveitamento de um solo caro e disputado pela intensa especulação imobiliária.

Para o autor considerando que antes dessas iniciativas, o poder público nada realizava no campo da habitação social, e que, ao contrário do que ocorreu a partir de 1964 com a criação do BNH, não havia taxas ou depósitos compulsórios cobrados especificamente para financiar a produção habitacional, como é o caso do FGTS (fundo de garantia do tempo de serviço). O aumento da população causado pelo implante de um conjunto habitacional causa impactos significativos sobre a

infraestrutura existente, sobretudo nos equipamentos de educação, saúde e no atendimento por transporte coletivo.

Para suprir este processo, são necessários investimentos públicos municipais e estaduais. No entanto, as definições sobre a questão passam por uma discussão mais ampla entre os órgãos responsáveis. Sendo assim, a SMHAB (secretaria municipal de habitação) vem firmemente articulando suas ações com as demais secretarias de forma a minimizar esses impactos, repassando os dados cadastrais das famílias e o cronograma das obras, de forma que os órgãos competentes possam esquematizar a oferta de serviços.

Reforçando essa ideia a SMHAB também incorpora ações de comunicação e educação ambiental no trabalho de acompanhamento junto à comunidade. Pois é de suma importância que a comunidade tenha o conhecimento do processo de ocupação da área, os primeiros habitantes, o ambiente natural original, bem como o estágio atual, além das propostas de ocupações futuras de forma a incentivar e constituir um papel ativo da população na preservação do local, além de proporcionar um vínculo entre as famílias favorecidas e a população do entorno. Além disso, vale citar a importância do repasse de informações a respeito da concepção do conjunto, especialmente nas áreas de lazer e preservação.

Por fim, para alcançar esses objetivos, é formado um grupo de referência, constituído por representantes das famílias beneficiadas, para acompanhar o processo de implantação do conjunto. Este grupo irá atuar como agente multiplicador entre as famílias beneficiadas e dividir com a equipe técnica a responsabilidade pelo repasse de informações durante todo o processo, que se inicia desde a fase do planejamento e se estende até alguns meses após a ocupação, até que as famílias se adaptem ao novo local de moradia.

CAPITULO III – CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Historicamente o estado de Mato Grosso do Sul teve sua procedência a partir da divisão do estado de Mato Grosso, inicialmente foi povoado por indígenas. As primeiras tentativas de povoamento iniciaram-se por volta de 1579, quando a comunidade de Xerez foi fundada nas proximidades dos rios Miranda e Aquidauana, sendo mais tarde disputada por Guaicurus. (SCAPINI, 2011)

O estado de Mato Grosso do Sul, primeiramente foi dominado pelos espanhóis, mas devido às longas distâncias com o restante do país, cidades foram sendo fundadas. Inicialmente, Coxim em 1729, seguida do Forte Coimbra em 1775, e em 1778, Corumbá teve sua área ocupada na tentativa de estabelecimento de fronteira.

Os irmãos Joaquim Francisco Lopes e José Francisco Lopes foram com algumas poucas famílias os primeiros ocupantes do sul de Mato Grosso do Sul, formando colônias como as de Dourados e Rio Brilhante. (SCAPINI, 2011)



Figura 1: Estado de Mato Grosso do Sul

Fonte: guianet. Acessado em 20/09/12

Não havendo acordo sobre as fronteiras do Brasil e Paraguai, a partir de 1843 o Paraguai passou a reivindicar terras brasileiras, iniciando a Guerra do Paraguai, ocorreram tentativas diplomáticas pelo governo brasileiro, firmando convenções acerca da navegação no Rio Paraguai. No entanto, seis anos depois Francisco Solano López invade o território mato-grossense. O intuito do ditador era o de mencionar um Paraguai maior, vinculando a seu território o estado do Rio Grande do Sul e Mato Grosso hoje (Mato Grosso do Sul) Brasil, Argentina e Uruguai.

Após o fim da Guerra do Paraguai, iniciou-se uma nova etapa no processo de povoamento no estado, a fixação de ex-combatentes brasileiros e paraguaio-guaranis nas terras de Mato Grosso. Inicialmente dedicaram-se ao trabalho no campo, e depois à exploração da erva-mate, a serviço da Companhia Matte Laranjeira, importante exploradora dos ervais nativos da região de fronteira, de propriedade de Tomaz Laranjeira, que, em 1882, adquiriu o monopólio para explorar os ervais. Por um longo período a Companhia Matte Laranjeira explorou quase dois terços do território do atual estado do Mato grosso do Sul, possuindo grande influência nas decisões políticas e na economia do estado.

Posteriormente houve um estudo detalhado, onde o Presidente Ernesto Geisel encaminhou ao Congresso um projeto de Lei, criando o estado de Mato Grosso do Sul com a capital em Campo Grande, pela Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977. O primeiro governador foi Harry Amorim Costa, nomeado pelo Presidente da República, assumindo em 1º de janeiro de 1979. (SCAPINI, 2011)

3.1. Aspectos gerais e localização do estado de Mato Grosso do Sul

O estado de Mato Grosso do Sul faz parte da grande região Centro-Oeste, juntamente com Goiás, Mato Grosso e o Distrito Federal. Possui uma área de 357.124,96 km² (IBGE), sendo o segundo maior estado da região. Está localizado, aproximadamente, entre as latitudes 17º (Norte) e 24º (Sul) e entre as longitudes 50º (Leste) e 58º (Oeste). (GRESSLER, 2005)

Mato Grosso do Sul possui uma grande extensão de fronteiras internacionais: com a Bolívia, de 386 km e com o Paraguai, de 1.131 km, somando um total de 1.517 km. A vegetação que predomina no estado de Mato Grosso do Sul é bem diversificada, possuindo os seguintes tipos: cerrado, campos limpos e floresta tropical, além da vegetação específica do Pantanal. (Figura 2)



Figura 2: Brasil com destaque para o estado de Mato Grosso do Sul
Fonte: Plano Diretor Municipal participativo/ Jardim – MS (2011)

O cerrado é a caracterização do estado, sendo a vegetação predominante no norte e nordeste de Mato Grosso do Sul. Além de possuir gramíneas, existem também árvores de troncos e galhos retorcidos e caules cobertos por uma casca grossa. Os campos limpos são formados por uma vegetação rasteira de gramíneas e arbustos baixos (GRESSLER, 2005). A floresta tropical é formada por uma mata cheia de árvores altas e o seu interior é um emaranhado de árvores menores, cipós e parasitas. A vegetação do pantanal é formada de áreas marcadas pelo cerrado, de campos e matas. Essas matam se localizam nas margens dos rios.

A economia do estado do Mato Grosso do sul é movida por três setores: primário, secundário e terciário. No setor primário, temos a agropecuária que envolve atualmente, cerca de 1,5 milhão de hectares de culturas, em sua maioria temporárias, (trigo, soja, milho etc.). temos 16 milhões de hectares destinadas ao cultivo de pastagens, a maior parte com braquiaria, e 6 milhões com pastagens naturais.

Ainda no setor primário temos a agricultura como uma atividade econômica muito importante. Há muito tempo as terras do estado vêm sendo ocupadas pela criação de gado e pelas plantações. A pecuária também esta no setor primário, onde é responsável pela produção de mais de 800 mil toneladas de carne, o que representa, aproximadamente, 13% da produção brasileira de carne (GRESSLER, 2005).

Já no setor secundário a indústria no Mato Grosso do Sul, esta relacionada principalmente, com a atividade agropecuária, produzindo: couro e pele, farelo e torta de soja, embutidos de suínos e aves, farinha de trigo, milho e mandioca e outros produtos alimentícios. Os estabelecimentos industriais são os mais diversos, e encontram-se distribuídos em vários municípios do estado (GRESSLER, 2005).

Nesse setor estão concentradas principalmente no comércio varejista, com mais de 20 mil estabelecimentos, predominando no ramo de produtos alimentícios e vestuário. Segundo Gressler (2005), o maior volume comercial concentra-se nas cidades de Campo Grande, Dourados, Ponta Porã e Três Lagoas.

3.2. Aspectos gerais e localização do município de Jardim/MS

Jardim está localizado no Centro-Oeste do território brasileiro (latitude: 21° 28' 49" e longitude: 56° 08' 17"), na região da Serra da Bodoquena.

Sua história está diretamente ligada a Guerra da Tríplice Aliança ocorrida na Retirada da Laguna, que durante todo o período da guerra foi considerada como a atuação mais brilhante do Exército Brasileiro. Quando José Francisco Lopes chegou ao Mato Grosso do Sul, fundou as margens do rio Miranda uma fazenda chamada Jardim onde se dedicou à pecuária.

Lopes se tornou peça fundamental para os soldados durante os conflitos da Guerra do Paraguai, por ser um grande conhecedor da região, guiando os soldados até Bela Vista. Por volta de 1964, foi necessário que se construísse uma rodovia que ligasse o município de Aquidauana a Porto Murtinho e Bela Vista ambos na fronteira com o Paraguai. Diante deste fato foi enviado o 1º comandante da CER-3 (Comissão de Estradas e Rodagens nº 3), para que comprasse parte da Fazenda Jardim.

Na época foram adquiridos 39 ha. de terras da Fazenda Jardim. A escolha do local se deu pelo fato de dar continuidade as obras do Batalhão e da já existência do vilarejo de Guia Lopes da Laguna, onde hoje se localiza o município de Guia Lopes da Laguna na margem esquerda do rio Miranda. Os primeiros moradores foram operários que trabalhavam na construção da rodovia e isso permitiu ao município se tornasse uma cidade-pólo e tendo uma posição geográfica privilegiada. A ocupação progressiva das terras da Fazenda Jardim se deu principalmente devido as terras férteis do local e aos bons campos.

Jardim fica a 193 km da capital Campo Grande. Os municípios limítrofes são: ao norte Bonito e Guia Lopes da Laguna, ao sul Bela Vista e Ponta Porã, a leste Ponta Porã e Guia Lopes da Laguna e a oeste Caracol, Porto Murtinho e Bela Vista. (figura 03) A população do município totaliza 24.363 habitantes de acordo com os dados do IBGE (2010). A área municipal é de 2.202 km², o que representa 1,8% da população do estado. O município de Jardim é composto pelas seguintes localidades: sede municipal, distrito do Boqueirão, dois assentamentos do INCRA – Guardinha e Recanto Rio Miranda e um loteamento fora do perímetro urbano da sede o Quero-quero.



Figura 3: Estado e suas divisões com destaque para o município de Jardim/MS

Fonte: Plano Diretor Municipal participativo/ Jardim – MS (2011)

A economia do município de Jardim é mais expressiva no setor de serviços, representando 67,9% do PIB municipal. Em segundo lugar está o setor primário sendo responsável por 12,39%. Os maiores empregadores do município são a administração pública e o comércio local, reforçando sua importância na economia de Jardim. (Plano diretor municipal, 2011)

3.3. Conjunto Habitacional Paraíso

O Conjunto Habitacional Paraíso, localizado na vila Brasil se originou no ano de 1987. O loteamento em que foi construído o conjunto habitacional era de propriedade particular, a Prefeitura Municipal fez uma desapropriação amigável desse loteamento e posteriormente foi feita uma doação desses loteamentos para a Companhia de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (COHAB-MS), empresa pública Estadual (ANEXO A).

Esse loteamento foi destinado a construção de dois conjuntos habitacionais sendo o primeiro com 93 (noventa e três) casas denominado Conjunto Habitacional Paraíso e o segundo com 55 (cinquenta e cinco) casas pelo sistema de mutirão de

moradia, denominado “João de Barro”, perfazendo um total de 148 (cento e quarenta e oito) residências (Figuras 4 e 5).



Figura 4: Delimitação do Conjunto Habitacional Paraíso

Fonte: Google Earth. Acessado em 25/09/12

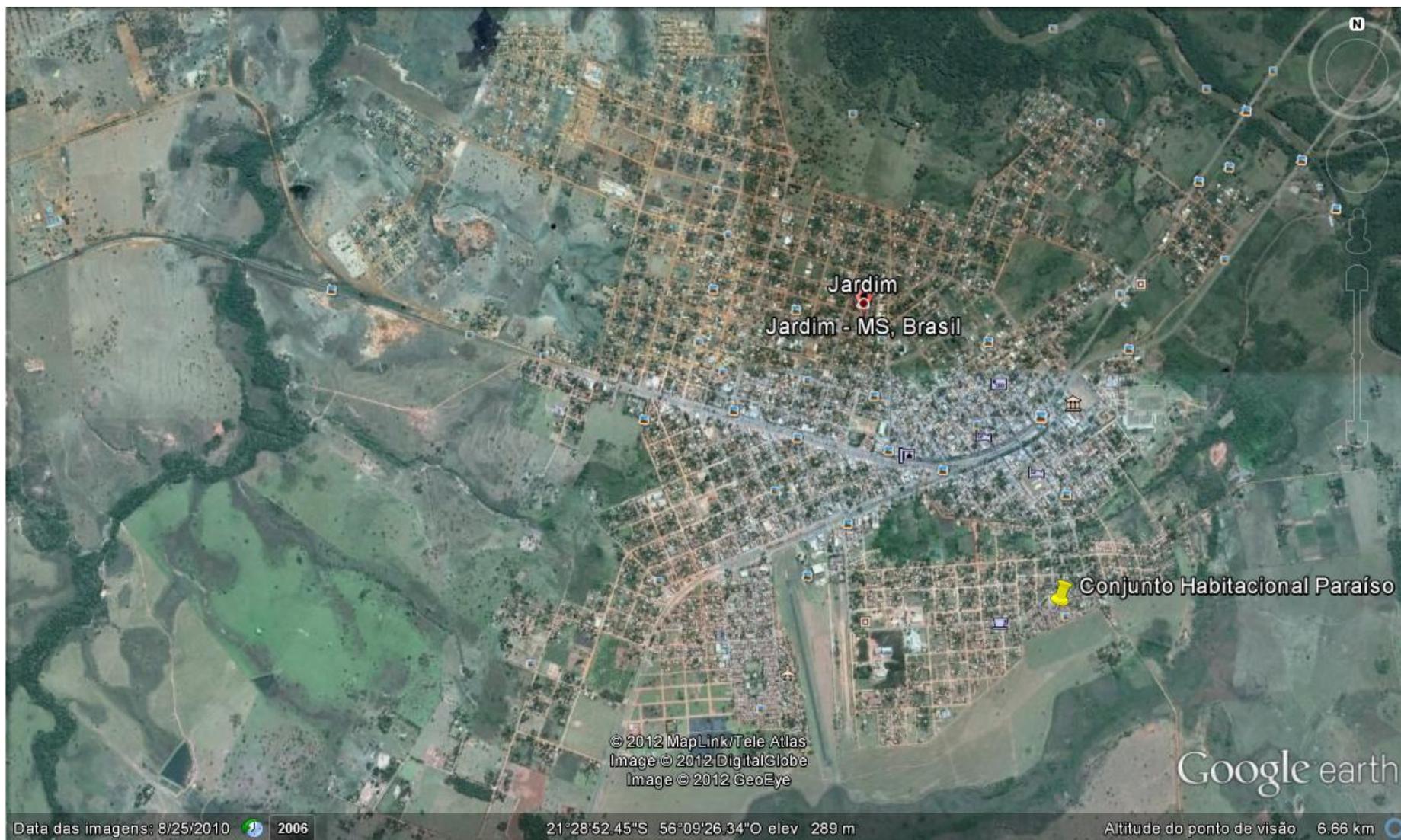


Figura 5: Vista aérea do município de Jardim/MS e do Conjunto Habitacional Paraíso.

Fonte: Google Earth. Acessado em 25/09/12

Na década de 1990 os moradores foram contemplados com a pavimentação asfáltica, dez anos mais tarde houve a instalação do posto de saúde priorizando os moradores, pois os mesmos não precisariam mais se deslocar até o posto central que fica distante do conjunto habitacional. Desde o surgimento do bairro já existia a escola Zeus Benevides que é também um ponto positivo para as crianças por ser próximo de suas casas.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA

Para realização dessa pesquisa, deliberou-se como objeto de estudo de caso o Conjunto Habitacional Paraíso com o intuito de identificar as possíveis mudanças que ocorreram no espaço.

4.1. Procedimentos metodológicos da Pesquisa

4.1.1. Delimitação da pesquisa

Este trabalho de pesquisa buscou estudar as possíveis mudanças que ocorreram no espaço do Conjunto Habitacional Paraíso. Para isso, fez-se necessário um levantamento teórico com pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e uma pesquisa de campo, além de reuniões e discussões com a orientadora realizou-se também a análise e interpretação das informações obtidas em entrevista aplicada a 45 (quarenta e cinco) moradores do Conjunto Habitacional Paraíso, que ocorreu nos dias 18 e 19 de outubro de 2012.

4.1.2. Coleta e definições das variáveis

Após analisar os conceitos bibliográficos sobre política pública e conjunto habitacional, descrevemos a parte prática da pesquisa através de coleta de informações a campo (a investigação se realizou com base em entrevista aplicada aos moradores). Foram entrevistados quarenta e cinco moradores nos dias 18 e 19 de outubro de 2012, sendo que cada morador respondeu a quatorze questões durante a coleta de informações a campo denominada Entrevista com moradores do Conjunto Habitacional Paraíso no Município de Jardim/MS. (APÊNDICE A)

O presente trabalho foi conduzido em três fases: mobilização, estruturação e resultados.

4.1.3. Primeira Fase – Mobilização

O trabalho focou-se no Conjunto Habitacional Paraíso no município de Jardim. Foram aplicadas quarenta e cinco entrevistas somente com os moradores e sua elaboração foi realizada previamente para melhor compreender a realidade do espaço.

4.1.4. Segunda Fase – Estruturação

Foram fotografadas as casas, a escola, a praça, o centro comunitário e o posto de saúde, e foi verificado que o bairro, apesar de ter se originado a vinte e cinco anos, precisa de algumas melhorias, como esgoto, manutenção de limpeza na praça e manutenção dos brinquedos.

4.1.5. Terceira Fase – Resultados

Todos esses procedimentos permitiram que se colocassem à disposição os resultados dessa pesquisa, que foram processadas através de análises e que se tornarão públicos as mesmas diagnosticadas e prognosticadas sobre a realidade estudada no Conjunto Habitacional Paraíso no município de Jardim no estado de Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO V – ANÁLISE E DISCUSSÕES DAS VARIÁVEIS

A fase inicial do Trabalho de Conclusão de Curso foi à visita ao Conjunto Habitacional Paraíso com o intuito de se perceber melhor a situação dos moradores. Nessa visita, foi possível também fotografar o conjunto habitacional e suas estruturas, o que trouxe mais dados para o trabalho de conclusão de curso.



Foto 1 e 2: Casas do Conjunto Habitacional
Organizadora: FRANÇA, 2012.

Estas são imagens das casas do Conjunto Habitacional Paraíso, localizado na vila Brasil. São 148 (cento e quarenta e oito casas), das quais 93 (noventa e três) foram construídas pelo estado e 55 (cinquenta e cinco) por mutirão. (Fotos 1 e 2).



Foto 3: Escola Municipal Zeus Benevides
Organizadora: FRANÇA, 2012.

Quando o conjunto habitacional se originou, já existia a Escola Municipal Zeus Benevides, que oferece educação infantil e ensino fundamental. (Foto 3)



Foto 4 e 5: Centro Comunitário.
Organizadora: FRANÇA, 2012.

O Centro Comunitário do Conjunto Habitacional é uma área usada pelos moradores principalmente como lazer. Nesse local é possível que eles joguem bola, façam reuniões, organizem festas e eventos. (Fotos 4 e 5)



Foto 6 e 7: Praça do Conjunto Habitacional
Organizadora: FRANÇA, 2012.

A Praça do Conjunto Habitacional também é uma área de lazer, porém há várias reclamações por parte dos moradores com relação à falta de limpeza e falta de manutenção nos brinquedos, porque alguns estão quebrados. (Fotos 6 e 7)



Foto 8: Posto de Saúde do Conjunto Habitacional.
Organizadora: FRANÇA, 2012.

O posto de saúde foi instalado no Conjunto Habitacional no ano de 2000 (dois mil) e sua instalação foi um fato positivo, pois os moradores afirmam que antes tinham que se deslocar até o posto central, porém há moradores insatisfeitos com o atendimento, que, em sua opinião, deveria ser melhor. (Foto 8)

Posteriormente, foram realizadas as entrevistas, cuja principal finalidade era coletar informação junto aos moradores do Conjunto Habitacional Paraíso, que prontamente colaboraram para que houvesse a realização desse trabalho à medida que dispuseram de tempo para responder ao questionário proposto, sendo essa fase indispensável para a conclusão desse estudo.

As informações coletadas na pesquisa de campo permitiram conhecer melhor a opinião dos quarenta e cinco (45) moradores entrevistados no Conjunto Habitacional Paraíso. No período da entrevista, pode-se perceber que nem todos que estão residindo nas casas são as pessoas que de fato as ganharam, porque alguns as compraram de terceiros, outros as alugam e há ainda os que moram de favor.

Com as análises prontas, as variáveis obtidas demonstraram que ao longo de vinte e cinco anos ainda há melhorias a serem feitas no Conjunto Habitacional tais como esgoto, área de lazer, praça com manutenção e segurança nos brinquedos, além de um melhor atendimento à população no posto de saúde.

Os dados a seguir resultam da análise de dados do diálogo com os moradores do Conjunto Habitacional Paraíso e de observações realizadas no local.

5.1. Análise das variáveis das condições dos moradores do Conjunto Habitacional Paraíso

Das quarenta e cinco pessoas (45) entrevistadas sobre sua condição como morador, 47% dos entrevistados responderam morar nas casas desde que foram sorteadas, 35% responderam que adquiriram as casas comprando de terceiros, 11% responderam que moram de aluguel e 7% responderam que moram de favor em casas cedidas por parentes, amigos ou conhecidos.

Situação dos moradores

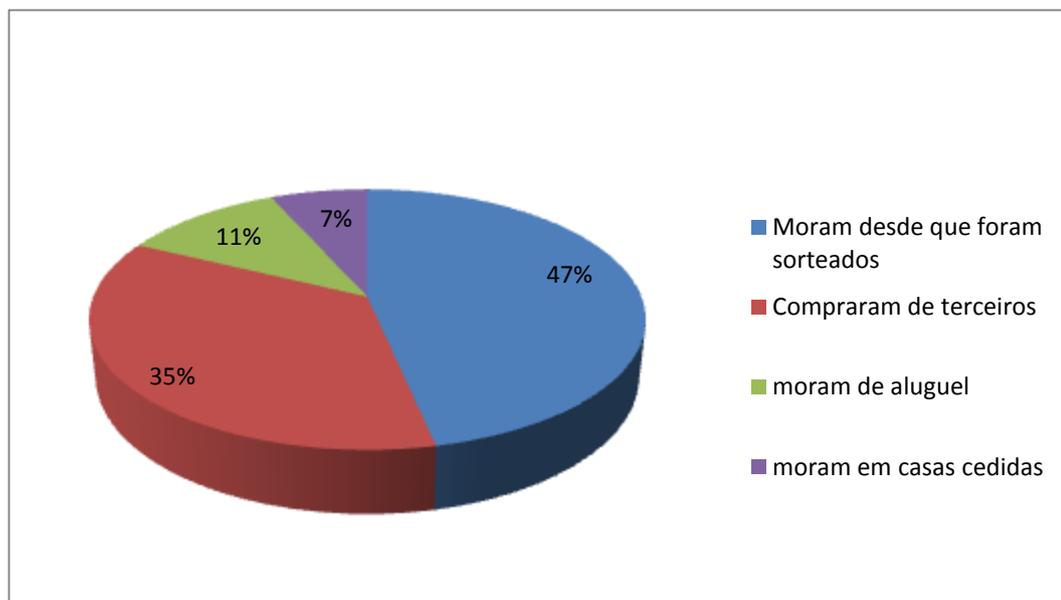


Gráfico 1: Situação dos moradores do Conjunto Habitacional Paraíso.

Fonte: Pesquisa de campo.

Constatamos com relação à ampliação das casas que das quarenta e cinco pessoas (45) entrevistadas 69% responderam que sim e 31% responderam que não. Essa ampliação consiste na maior parte das vezes na construção de varandas, sendo seguida pela construção de quartos, cozinhas, banheiros, área de serviço e edícula nos fundos.

Quantos moradores tiveram suas casas ampliadas?

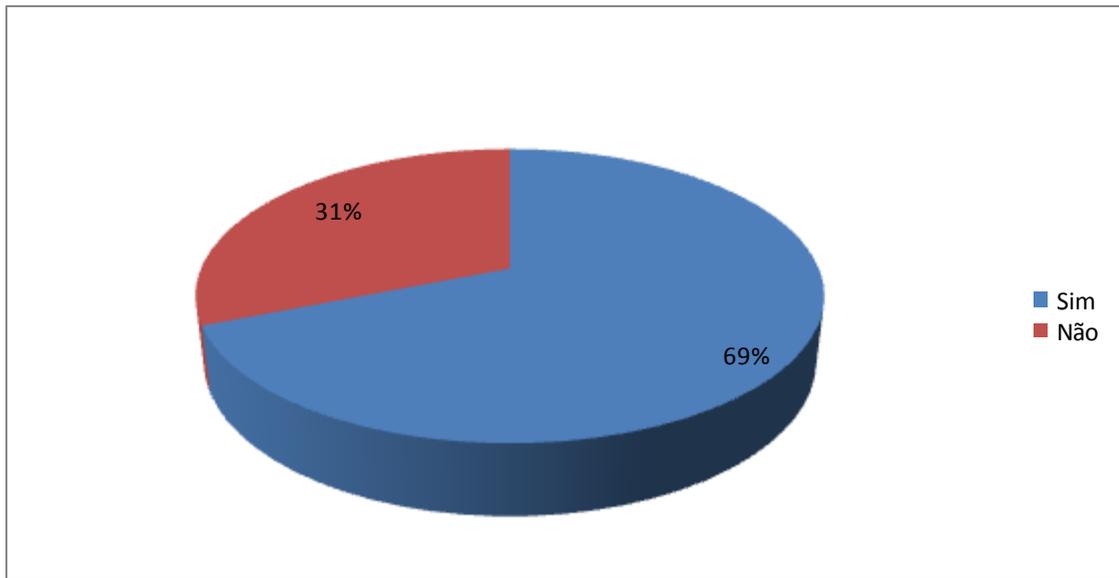


Gráfico 2: quantidade de moradores que tiveram suas casas ampliadas

Fonte: Pesquisa de campo.

Analisando as variáveis de infraestrutura, dos quarenta e cinco (45) moradores entrevistados todos responderam que quando o bairro se originou havia um transporte coletivo que fazia linha dentro do Conjunto Habitacional Paraíso. Quanto à rede de esgoto todos responderam que não havia e mesmo hoje não há. Quanto à pavimentação todos responderam que ocorreu no ano de mil novecentos e noventa (1990), três anos após a aquisição das casas.

Com relação às variáveis das condições de atendimento à saúde, todos responderam que o posto de saúde foi implantado no ano de dois mil (2000), treze anos após a aquisição das casas.

Quando perguntei se a instalação desse posto de saúde trouxe melhorias à comunidade dos quarenta e cinco (45) entrevistados 71% responderam que sim e 29% responderam que não.

O Posto de Saúde trouxe melhorias aos moradores?

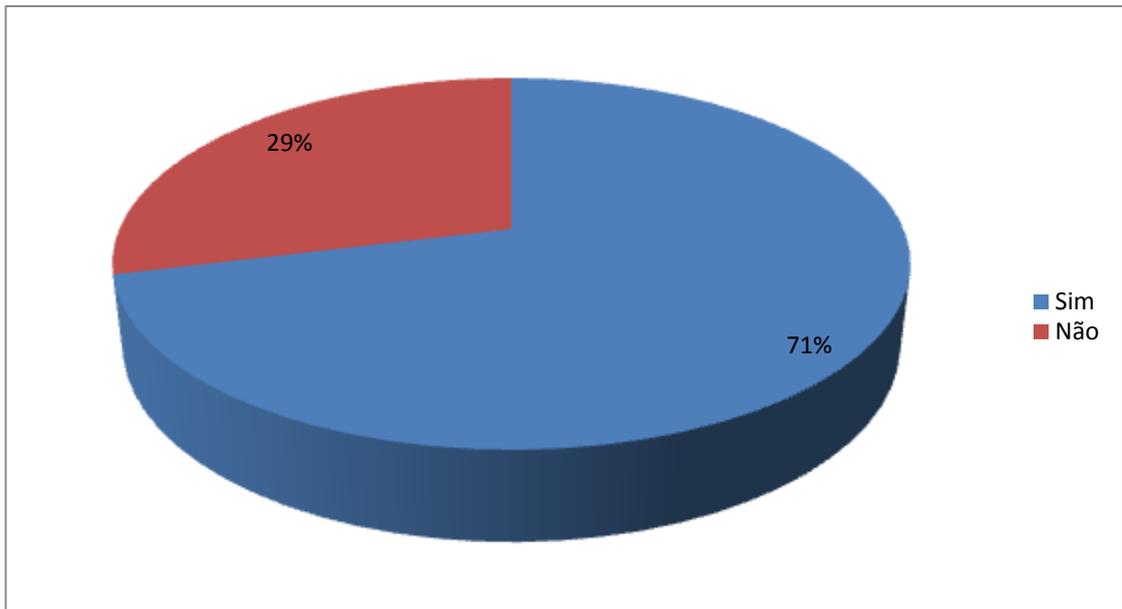


Gráfico 3: Quantidade de pessoas que acham que o posto de saúde trouxe melhorias
Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação ao atendimento do posto de saúde, dos quarenta e cinco (45) moradores entrevistados, 7% responderam ser ótimo, 49% bom, 20% regular, 9% ruim e 15% responderam ser péssimo.

Como é o atendimento do Posto de Saúde?

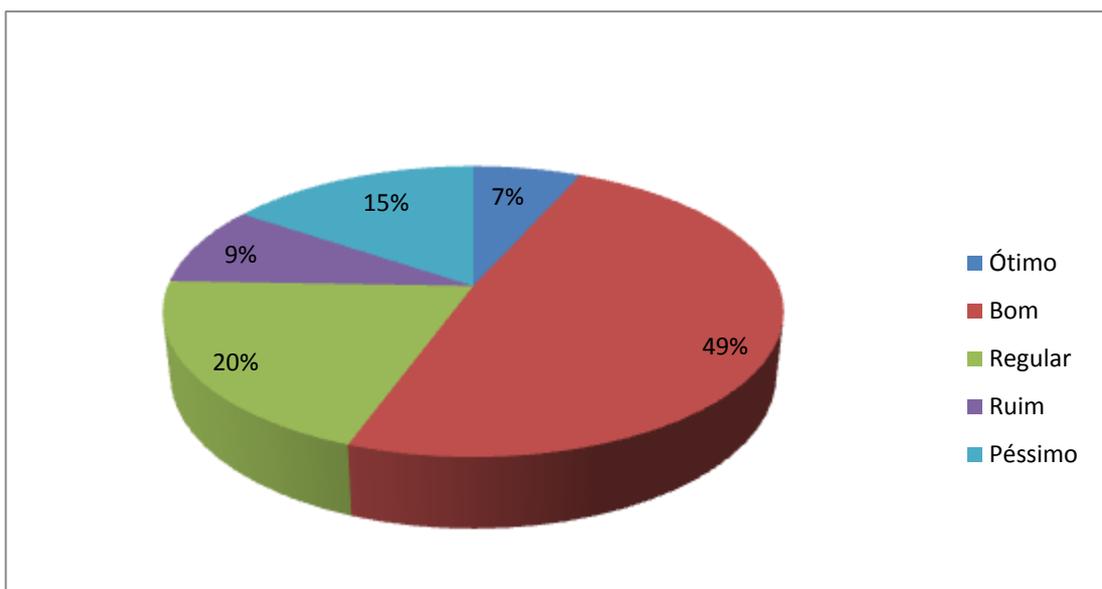


Gráfico 4: Condições do atendimento do Posto de saúde
Fonte: Pesquisa de campo.

Analisando as variáveis das condições da educação, quando pergunto aos moradores se eles têm filhos que estudam na Escola Zeus Benevides, escola que fica dentro do bairro, dos quarenta e cinco (45) moradores entrevistados, 55% responderam que sim de um a dois filhos, 9% responderam que sim de três a cinco filhos e 36% responderam não ter nenhum filho que estuda na escola.

Você tem filhos que estudam na escola?

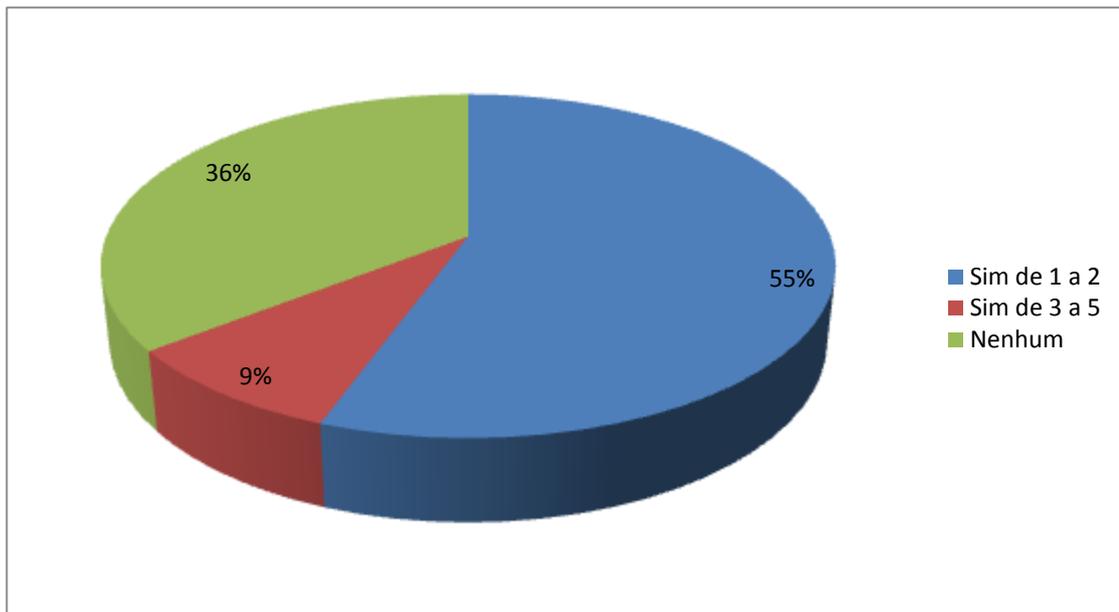


Gráfico 5: Quantidade de moradores que têm filhos que estudam na escola

Fonte: Pesquisa de campo.

Quando pergunto como é a qualidade do ensino da escola Zeus Benevides, dos quarenta e cinco (45) moradores entrevistados 24% responderam ser ótimo, 67% responderam ser bom e 9% responderam ser regular.

Qualidade de ensino da escola?

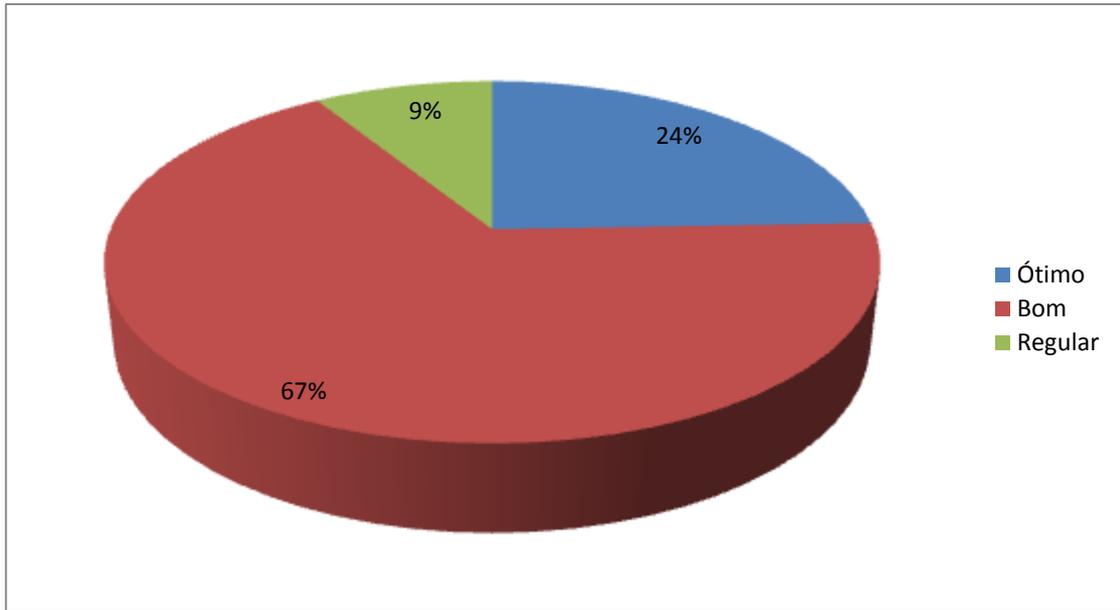


Gráfico 6: Variável quanto à qualidade de ensino da escola Zeus Benevides

Fonte: Pesquisa de campo.

Analisando as variáveis das condições de lazer, quando pergunto se o centro comunitário atende às necessidades de lazer dos moradores do conjunto habitacional, das quarenta e cinco (45) pessoas entrevistadas, 80% responderam que sim e 20% responderam que não.

O centro comunitário atende as necessidades de lazer dos moradores?

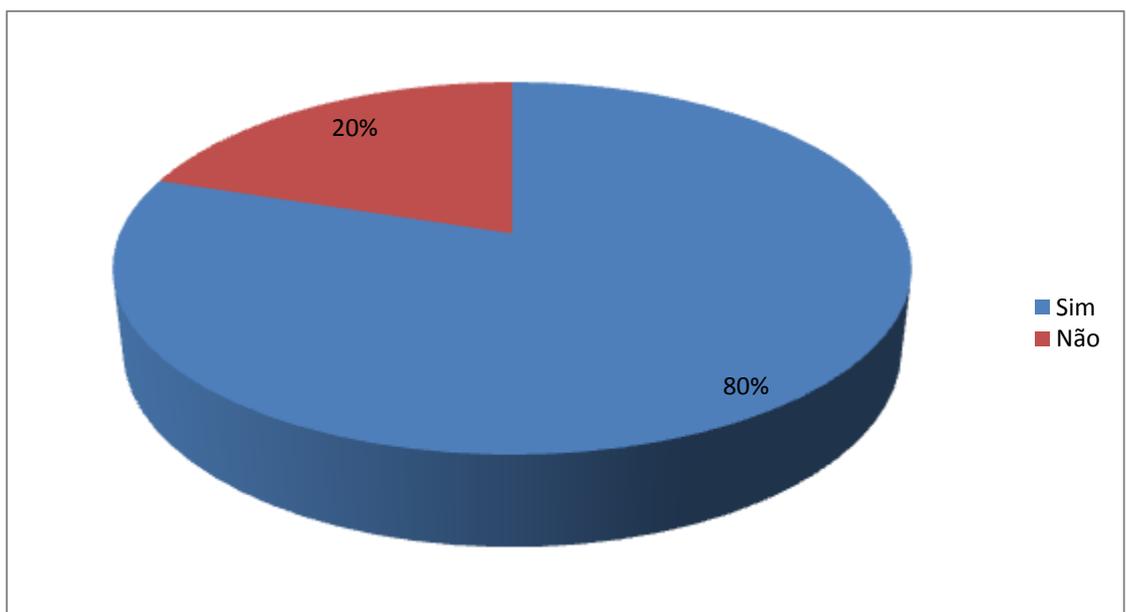


Gráfico 7: pessoas satisfeitas com as condições de lazer do centro comunitário

Fonte: Pesquisa de campo

Quando pergunto se na praça é possível que as crianças se divirtam com segurança nos brinquedos existentes, dos quarenta e cinco (45) moradores entrevistados 24% responderam que sim e 76% responderam que não. Esse fato ocorre, porque, segundo os moradores, não há uma manutenção adequada nos brinquedos e alguns estão quebrados, portanto, não trazem segurança para que as mães deixem seus filhos brincar no local. Segundo os moradores entrevistados, há apenas uma manutenção de limpeza da praça semanalmente.

É possível que as crianças se divirtam com segurança nos brinquedos da praça?

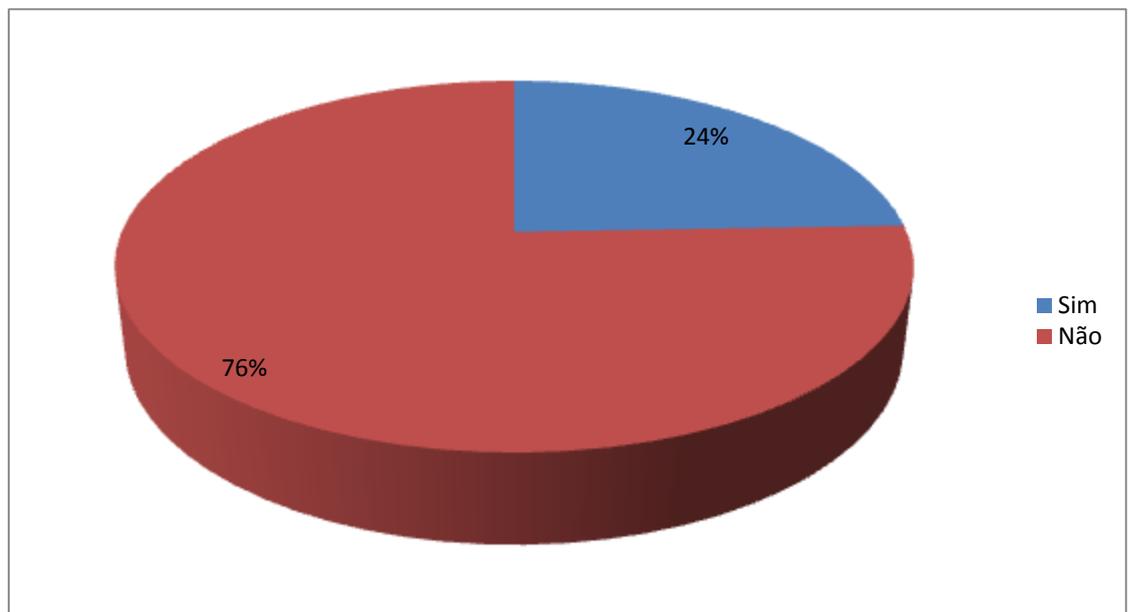


Gráfico 8: Nível de segurança nos brinquedos da praça
Fonte: Pesquisa de campo.

CAPÍTULO VI - PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA DE LAZER NO CONJUNTO HABITACIONAL PARAÍSO

O Conjunto Habitacional Paraíso se originou há vinte e cinco anos, quando a Prefeitura Municipal de Jardim fez uma desapropriação amigável de uma parte da Fazenda São Francisco e, posteriormente, doou esse loteamento para o Estado, que por sua vez foi responsável pela construção e estruturação do conjunto.

A partir das entrevistas realizadas com os moradores, percebemos que há a necessidade de desenvolver uma proposta de Recuperação da área de lazer, pois de acordo com o que os moradores disseram nota-se um descaso com a área destinada ao lazer, a praça, na qual há uma deficiência relacionada à manutenção, tanto na limpeza como na conservação dos brinquedos existentes no local para a diversão e o lazer da comunidade. Há também um descaso na área da saúde, porque o atendimento deve ser melhorado e especialistas nas áreas de saúde precisam ser contratados.

Além disso, há a necessidade de projetos elaborados por parte do Poder Público com relação à organização, limpeza e manutenção da praça, bem como uma conscientização por parte dos moradores para que ajudem a conservar a praça em boas condições de lazer para que os moradores sejam beneficiados. Dessa forma, os moradores também fazem parte da política pública aplicada ao Município, uma vez que não basta apenas cobrar seus direitos, mas também cumprir seus deveres enquanto moradores para uma melhor organização do espaço ocupado por eles.

Enfim, para que haja uma melhoria na área de lazer do conjunto habitacional, é necessária a criação de uma política pública visando o bem-estar e o lazer dos moradores a fim de que essa proposta traga o enriquecimento social, cultural e ambiental, que são fatores essenciais para que se possa viabilizar uma nova identidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O BNH veio para sanar a necessidade da moradia popular, pois objetivava que as pessoas mais carentes conseguissem adquirir a casa própria, assim eliminava as favelas, aumentava o investimento da indústria de construção, além de estimular a construção de moradias populares; financiar a aquisição da casa própria e melhorar o padrão habitacional e do ambiente.

Na ocasião da aquisição das casas do Conjunto Habitacional Paraíso em 1987, quando se originou o bairro, não havia pesquisas e discussões focalizadas, como nos dias atuais, referentes aos problemas de infraestrutura existentes naquele local. Esse fato é claramente demonstrado por meio das pesquisas realizadas no Conjunto Habitacional Paraíso, porque a maior preocupação dos moradores é a falta de um sistema de esgoto.

A análise feita no Conjunto Habitacional Paraíso no período da pesquisa trás uma preocupação no ponto de vista dos moradores, pois na área de estudos foi possível constatar um abandono na praça existente no conjunto habitacional, além da falta de manutenção, há também carência de limpeza. Outra questão preocupante é a saúde, pois os moradores relataram em entrevista que o atendimento é precário e faltam médicos especialistas para atender a população.

A preocupação refere-se principalmente aos órgãos públicos responsáveis por essas famílias que residem no conjunto habitacional, pois, há ainda até hoje, mesmo após vinte e cinco anos, uma carência na assistência prestada aos moradores, tais como a falta de esgoto, melhorias no atendimento à saúde e uma melhor conservação do ambiente.

Para reverter essa situação de falta de assistência são necessárias políticas públicas que visem organizar e recuperar a área de lazer para os moradores do bairro, bem como conscientizar os moradores da preservação do meio-ambiente para que a praça se mantenha em boas condições, devolvendo à comunidade as condições necessárias para que tenham uma área de lazer adequada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. Análise Social, vol. XXIX, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Ed. contexto, 2003.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade/ Ana Fani Alessandrini Carlos. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007. 123p.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 85p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. 2ª Edição, São Paulo: Ed. Ática, 1994.

_____. **O espaço urbano**. 3ª Edição, São Paulo: Ed. Ática, 1995.

FREITAS, Eleusina Lavôr Holanda de: **Como qualificar conjuntos habitacionais populares** / Eleusina Lavôr Holanda de Freitas. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2004.

FREITAS, Rosângela Nicolay. **Avaliação dos vazios existentes na macrozona urbana de São José dos Campos, SP, em 2000**: Um estudo de caso / Rosângela Nicolay Freitas. São José dos Campos: Univap, 2004.

GONÇALVES, Thalimar M. **A Dinâmica do Espaço Urbano**: um estudo sobre o bairro Parque Residencial Laranjeiras. Monografia – Departamento de Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

GRESSLER, Lori Alice. **Mato Grosso do Sul**: Aspectos históricos e geográficos/ Lori Alice Gressler, Luiza Mello Vasconcelos. 1ª. Ed. – Dourados, MS: L. Gressler, 2005. 220p.

Inclusão Social: uma utopia possível: impacto das políticas públicas de Mato Grosso do Sul/ Marcio Pochmann, Denise Blanes, Ricardo Amorin (coords.). - São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVA, Jaime Tadeu. A cidade como ator social – a força da urbanidade. In: Carlos, Ana Fani Alessandri; Lemos, Amália Inês Geraiges. Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: contexto, 2003.

O espaço urbano em redefinição: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade. / Maria José Martinelli Silva Calixto (organizadora). – Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. P. 240.

População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais/Rosana Baeninger (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo / Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010. 304p.

PRETTE, Marcos Estevan Del. Metodologias de zoneamento: controvérsias sobre o ecológico e o econômico.

Revisão e Complementação do Plano Diretor Municipal Participativo. Jardim, Mato Grosso do Sul. Março de 2011.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras** / Arlete Moysés Rodrigues: Revisão Rosa M. C. Cardoso e Candida M. V. Pereira. 5ª Ed; São Paulo: Contexto, 1994. – (coleção repensando a geografia)

SALGUEIRO, Teresa Barata. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: Carlos, Ana Fani Alessandri; Lemos, Amália Inês Geraiges. Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: contexto, 2003.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 5ª Edição, São Paulo: HUCITEC, 1997.

SCAPINI, Cladis Rosane Kronbauer. **Análise Ambiental e Reflexos Econômicos do Assentamento Retirada da Laguna, Guia Lopes da Laguna/MS**. Cladis Rosane Kronbauer Scapini. Jardim-MS, 2011. Monografia/UEMS.

STEINBERGER, Marília (org.) **Território, ambiente e políticas públicas espaciais** / Marília Steinberger et al. – Brasília: paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

ANEXOS

ANEXO A

APÊNDICES

APÊNDICE “A”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

UNIDADE DE JARDIM – MS

ACADÊMICA – JULIANA CARVALHO FRANÇA RGM: 18158

**ENTREVISTA COM MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL PARAÍSO
NO MUNICÍPIO DE JARDIM/MS**

I – Variáveis relacionadas às condições dos moradores

1. Você é morador desde a aquisição das casas?

() Sim () Não () Qual?

2. Sua casa foi ampliada? E se é o que foi construído?

() Sim () Não _____

II – Variáveis de identificação da infraestrutura

3. Quando o bairro se originou havia transporte coletivo que fazia linha na Vila Paraíso?

() Sim () Não

4. Havia rede de esgoto quando as casas foram adquiridas?

() Sim () Não

5. E a pavimentação das ruas na Vila Paraíso ocorreu em que período?

() 1987 () 1990 () 2000 () Qual? _____

III – Variáveis das condições de atendimento a saúde

6. Em que ano foi instalado o posto de saúde na vila Paraíso?

() 1987 () 1990 () 2000 () Qual? _____

7. A instalação desse posto de saúde trouxe melhorias à comunidade. Em que sentido?

() Sim () Não _____

8. Como é o atendimento do posto de saúde?

ótimo bom regular ruim péssimo

IV – Variáveis das condições da educação

9. Você tem filhos que estudam na escola “Zeus Benevides”. Quantos?

de 1 a 2 de 3 a 5 mais de 5 nenhum

10. Como você define a qualidade do ensino na escola municipal Zeus Benevides?

ótimo bom regular ruim péssimo

V – Variáveis das condições de lazer

11. Você acha que o centro comunitário atende as necessidades de lazer dos moradores no conjunto habitacional?

Sim Não Qual

12. Na praça, é possível que as crianças se divirtam com segurança, nos brinquedos existentes?

Sim Não Qual

13. É feita uma manutenção na praça, como limpeza e inspeção desses brinquedos. E se é de quanto em quanto tempo.

Quinzenal Mensal Anual

14. Você acha que o centro comunitário tem área de lazer adequada, ou deveria ser criada outra área para diversão?

Sim Não Qual diversão